

ATA DA CENTÉSIMA VIGÉSIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DA QUARTA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA SEXTA LEGISLATURA, EM 21-12-2016.

Aos vinte e um dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezesseis, reuniu-se, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Adeli Sell, Airto Ferronato, Bernardino Vendruscolo, Cassio Trogildo, Fernanda Melchionna, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, Jussara Cony, Kevin Krieger, Lourdes Sprenger, Luciano Marcantônio e Tarciso Flecha Negra. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Cláudio Janta, Delegado Cleiton, Dr. Goulart, Dr. Thiago, Elizandro Sabino, Eng^o Comassetto, Guilherme Socias Villela, João Carlos Nedel, Marcelo Sgarbossa, Mauro Pinheiro, Mauro Zacher, Mendes Ribeiro, Márcio Bins Ely, Paulinho Motorista, Paulo Brum, Prof. Alex Fraga, Reginaldo Pujol, Rodrigo Maroni, Sofia Cavedon e Waldir Canal. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei do Legislativo n^o 276/16 e o Projeto de Resolução n^o 064/16 (Processos n^{os} 2696 e 2709/16, respectivamente), de autoria de Idenir Cecchim; e o Projeto de Lei do Legislativo n^o 256/16, de autoria de João Carlos Nedel. Durante a Sessão, foram aprovadas as Atas da Sexagésima Nona, Septuagésima, Septuagésima Primeira, Septuagésima Segunda, Septuagésima Terceira, Septuagésima Quarta, Septuagésima Quinta, Septuagésima Sexta, Septuagésima Sétima, Septuagésima Oitava, Septuagésima Nona, Octogésima, Octogésima Primeira, Octogésima Segunda, Octogésima Terceira, Octogésima Quarta, Octogésima Quinta, Octogésima Sexta, Octogésima Sétima, Octogésima Oitava, Octogésima Nona, Nonagésima, Nonagésima Primeira, Nonagésima Segunda, Nonagésima Terceira e Nonagésima Quarta Sessões Ordinárias e da Oitava, Nona, Décima, Décima Primeira e Décima Segunda Sessões Extraordinárias. A seguir, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Cassio Trogildo, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente Sessão. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram: em 1^a Sessão, os Projetos de Lei Complementar do Executivo n^{os} 010/16, discutido por Adeli Sell, 011/16, discutido por Sofia Cavedon, e 014/16, discutido por Reginaldo Pujol, os Projetos de Lei do Legislativo n^{os} 238, 265, 268 e 283/16 e o Projeto de Lei do Executivo n^o 035/16; em 2^a Sessão, o Projeto de Lei do Legislativo n^o 054/15. Também, Fernanda Melchionna e Eng^o Comassetto pronunciaram-se durante o período de Pauta. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Rodrigo Maroni, Airto Ferronato, Guilherme Socias Villela, João Bosco Vaz, Prof. Alex Fraga, Jussara Cony e Sofia Cavedon. Durante a Sessão, Sofia Cavedon pronunciou-se acerca de assuntos diversos. Às quinze horas e vinte e nove minutos, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para sessão extraordinária a ser realizada a seguir. Os trabalhos foram presididos por Cassio Trogildo e Paulo Brum e secretariados por Paulo Brum. Do que foi lavrada a presente Ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelos senhores 1^o Secretário e Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Esta Presidência faz um requerimento solicitando a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Pauta. Após retornaremos à ordem normal. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 2428/16 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 238/16, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, que inclui a efeméride Dia do Agente de Fiscalização no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 14 de dezembro.

PROC. Nº 2600/16 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 265/16, de autoria do Ver. João Carlos Nedel, que denomina Rua Jadyr Lopes Fettermann o logradouro não cadastrado conhecido como Rua Três Mil Cento e Quarenta e Três, localizado no Bairro Sarandi e em zona indefinida.

PROC. Nº 2624/16 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 268/16, de autoria do Ver. João Carlos Nedel, que denomina Rua Wilson Prates Bernardini o logradouro não cadastrado conhecido como Rua Dois Mil e Dez, localizado no Bairro Farrapos.

PROC. Nº 2708/16 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 010/16, que inclui o art. 58-A na Lei Complementar nº 7, de 7 de dezembro de 1973 – que institui e disciplina os tributos de competência do Município –, estabelecendo multa pela falta de apresentação, ou apresentação incompleta, de documentos, livros e registros de instituições financeiras, a que se refere o art. 6º da Lei Complementar Nacional nº 105, de 10 de janeiro de 2001, requerida por procedimento fiscal próprio.

PROC. Nº 2748/16 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 011/16, que revoga a Lei Complementar nº 708, de 18 de janeiro de 2013, que altera os dispositivos de controle da edificação para o imóvel localizado na Rua Buarque de Macedo, nº 120, sede da Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL) de Porto Alegre.

PROC. Nº 2749/16 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 035/16, que altera a especificação da classe de cargo de provimento efetivo de Assistente administrativo,

constante da Lei nº 6.253, de 11 de novembro de 1988, da Lei nº 6.310, de 28 de dezembro de 1988, e da Lei nº 8.986, de 2 de outubro de 2002.

PROC. Nº 2757/16 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 283/16, de autoria da Mesa Diretora, que revoga a Lei nº 11.458, de 3 de julho de 2013, que estabelece normas para a concessão de gratificação para servidores designados para integrar ou secretariar grupo de trabalho ou comissão administrativa, de sindicância ou de inquérito administrativo, conforme o disposto no art. 49 da Lei nº 5.811, de 8 de dezembro de 1986, e alterações posteriores, bem como comissão especial de licitação, designada na forma do art. 51 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações posteriores, ou para ministrar treinamento a servidores, no âmbito deste Legislativo, conforme o disposto no art. 111 da Lei Complementar nº 133, de 31 de dezembro de 1985, e alterações posteriores, e revoga a Resolução nº 793, de 15 de dezembro de 1983, e as Resoluções de Mesa nºs 172, de 2 de junho de 1997, e 173, de 3 de junho de 1997.

PROC. Nº 2756/16 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 014/16, que no art. 21, revoga o inciso XII e altera o inc. XXVII; inclui parágrafo único ao art. 25; no art. 59, inclui alínea “d” ao § 1º; no art. 70, altera o inciso XVII e os §§ 7º e 12; no art. 72, altera o item 1 da alínea “a” do inciso I e inclui o inc. III e o parágrafo único; no art. 75, altera o *caput*, os inc. I e II e o parágrafo único e revoga o inc. III; todos da Lei Complementar nº 7, de 7 de dezembro de 1973, que institui e disciplina os tributos de competência do Município, revogando o benefício de alíquota reduzida para serviços listados no § 3º do art. 20, quando prestados por sociedades que não atendam aos requisitos do § 4º do mesmo artigo; retirando a exigência da certificação para a concessão de benefício fiscal; possibilitando a baixa de ofício, no cadastro fiscal do ISS, da inscrição de contribuinte que deixou de entregar a Declaração Mensal e não realizou qualquer recolhimento do imposto no período de 3 anos ininterruptos; possibilitando a notificação por meio eletrônico; alterando os critérios para a isenção de IPTU dos aposentados, inativos e pensionistas de baixa renda; alterando o prazo para a requisição de isenção de IPTU e TCL para que a vigência tenha início a partir do exercício em que foi solicitada a isenção; esclarecendo quais as obrigações tributárias estão dispensadas, no caso de pedido de isenção de IPTU e TCL, para o recebimento do benefício a partir do exercício do pedido; e adequando a legislação tributária às disposições da Lei Orgânica. Revoga as Leis Complementares nº 283, de 1992, e nº 530, de 2005.

2ª SESSÃO

PROC. Nº 0562/15 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 054/15, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, que declara de utilidade pública a Associação Nacional de Defesa e Informação do Consumidor – Andicom.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para discutir a Pauta.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Vereador-Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, boa tarde, minhas boas-vindas aos recicladores, que desempenham essa importante função na cidade de Porto Alegre. (Palmas.) Hoje, diante de tantas más notícias, uma linda notícia é a conquista de vocês. O fundo – essa é a linda notícia, uma das poucas boas, Marli, pois vamos ter um final de ano bastante triste e dramático para o País e para o Estado do Rio Grande do Sul. Agora é discussão de Pauta e nós estamos com projetos bastante complexos que dizem respeito às questões tributárias, aos impostos e à reestruturação da Prefeitura de Porto Alegre. Estamos numa transição em que a cidade de Porto Alegre assiste a algumas contradições, contrariedades entre o Prefeito que encerra a sua gestão e o novo Prefeito. Vejo aqui que há um projeto de lei que se relaciona à Câmara de Dirigentes Lojistas, Ver. Pujol. Eu quero dizer que o processo que nós fizemos, que, neste momento, inclusive, faz com que os municipais estejam lá na frente do Paço e outros aqui, no nosso Plenário. E quero cumprimentar nesse sentido os municipais, em especial da Secretaria Municipal do Meio Ambiente – SMAM, para que estamos lutando que se mantenha viva e que seja fortalecida; da Secretaria Municipal de Esportes, Recreação e Lazer – SME; e outros municipais. Pela primeira vez, sei lá em quantos anos, talvez seja a primeira vez da história de Porto Alegre, nós temos um parcelamento de 13º salário. Essa transição poderia ter sido mais desastrosa ainda, Ver. Kevin Krieger, se não tivéssemos nós, em processo dialogado forte de mobilização junto ao Tribunal de Contas, garantido um direito da população, que é o desconto no IPTU. E a população está correspondendo, está pagando o IPTU à vista, com desconto de 12%. Está viabilizado o fechamento do ano com o Município honrando seus compromissos e o início do ano com os municipais pelo menos recebendo pelo trabalho que realizaram durante o ano.

Então, cada um dos projetos que vamos votar entre hoje e amanhã terá o cuidado que nós tivemos com esse apoio aos municipais e às municipais, com esse trabalho junto com a atual gestão. Mesmo com a nossa posição crítica a muitos projetos que estão em pauta, como o que chegou agora, pelo qual o novo Prefeito propõe uma gratificação para os Secretários que estão cedidos – numa conjuntura como esta, de poder somar salários, parece-nos um equívoco –, nós, críticos que fomos da criação de muitas secretarias, de microsecretarias, de projetos que hoje seguem entrando em pauta, com os quais não temos acordo, fizemos um grande esforço para apoiar o Prefeito que finda a sua gestão, para que concluísse podendo buscar os recursos usuais. Não se trata de recursos extraordinários, são recursos que foram todos esses anos conseguidos através do pagamento integral do IPTU, todos esses anos, na transição das outras gestões. Nós apoiamos, tivemos proatividade e votamos favoravelmente nesta Casa. E vamos ter testemunhas caso o Prefeito for processado por essa ação. Essa estava correta, Ver. Prof. Alex e Vereadores que assinaram junto conosco e que votaram na Indicação, corretíssima. Então, a nossa posição sempre será uma posição que preserva direitos, muito diferente do que nós vimos na dramática noite de ontem, na Assembleia

Legislativa, com os funcionários lá fora tomando bomba de gás, tomando agressão dos órgãos de segurança porque estavam ali buscando ser ouvidos pela Assembleia Legislativa.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, me pede o Ver. Kevin Krieger que, antes de mais nada, eu me dirija aos senhores e às senhoras aqui presentes para dizer que o atual Governo, a oposição ao atual Governo, o governo que vai surgir e a oposição ao governo que irá se estabelecer, todos aprovam o projeto proposto da criação do fundo que os favorece. Por isso fiquem todos tranquilos que em breve nós haveremos de definir a situação. No resto, quero deixar claro que eu tenho, na condição de antigo integrante desta Casa, que acentuar, nesta que aparentemente é uma das derradeiras reuniões da presente Legislatura, a quantidade de projetos de lei que constam no primeiro dia de discussão preliminar, ou seja, no primeiro dia de Pauta. Projetos esses que seguramente serão remetidos para o futuro, porque é impossível criarmos condições de enfrentarmos ainda este ano. Dentre os quais, encontramos várias propostas do Executivo Municipal, sendo que o último deles, o PLCL nº 014/16, envolve uma série de situações que serão, meu caro Ver. Guilherme Socias Villela, necessariamente, muito bem olhadas e muito bem examinadas para que não se faça um atropelo no final do ano legislativo, com alterações na lei tributária municipal que possam ocasionar distorções das quais nós possamos vir a responder negativamente no futuro. Por isso, eu quero acentuar que este projeto de lei, entre outras coisas, revoga o benefício de alíquota reduzida para serviços listados no § 3º do art. 20, quando prestados por sociedades que não atendam aos requisitos do § 4º do mesmo artigo; retirando a exigência da certificação para a concessão de benefício fiscal; possibilitando a baixa de ofício, no cadastro fiscal do ISSQN, da inscrição de contribuinte que deixou de entregar a Declaração Mensal e não realizou qualquer recolhimento do imposto no período de três anos ininterruptos; possibilitando a notificação por meio eletrônico; alterando os critérios para a isenção de IPTU dos aposentados, inativos e pensionistas de baixa renda; alterando o prazo para a requisição de isenção de IPTU e Taxa de Coleta de Lixo para que a vigência tenha início a partir do exercício em que foi solicitada a isenção; esclarecendo quais as obrigações tributárias estão dispensadas, no caso de pedido de isenção de IPTU e TCL, para o recebimento do benefício a partir do exercício do pedido; e adequando a legislação tributária às disposições da Lei Orgânica. Revoga as Leis Complementares nº 283, de 1992, e nº 530, de 2005. Vejam os senhores que isso é só a ementa. O projeto a que eu aqui estou me referindo não pode ser analisado sem que se tenha à disposição, concomitantemente, as leis que querem ser revogadas, os artigos da lei que querem ser modificados, porque aí é que poderá ser feita a avaliação sobre os seus fundamentos.

Este projeto de lei, então, necessariamente, terá que ter a tramitação normal. Ser analisado pela Procuradoria da Casa, ser encaminhado às comissões, especialmente à Comissão de Constituição e Justiça para avaliar a sua constitucionalidade e à Comissão de Finanças e Orçamento pelas implicações dessa ordem. Por isso, Sr. Presidente, ao concluir, faço esse registro neste penúltimo dia de atividade legislativa da Casa, em que encontramos projetos de grande relevância, mas que não podem, repito, ser examinados de forma açodada. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Paulo Brum assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para discutir a Pauta.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, boa tarde a todos e todas, queria cumprimentar muito especialmente as nossas catadoras e os nossos catadores que vêm hoje à Câmara de Vereadores para que possamos votar a constituição do Fundo Municipal para ser uma política de Estado e não uma política de Governo. Nós já tivemos a oportunidade, em outros momentos, juntos, de proibir a incineração do Município de Porto Alegre, e nós temos a convicção de que todos esses avanços são parte da luta organizada de vocês, nos galpões, a partir dos movimentos. Viva a luta dos catadores!

Quero também cumprimentar os trabalhadores da SMAM, a Agapan, que está aqui também presente conosco; o nosso sempre secretário Caio Lustosa; também vejo agora que o ex-Secretário Beto Moesch acompanha a nossa discussão na tarde de hoje; discussão lamentável.

Eu me inscrevi e quero debater um dos projetos que está em pauta que é justamente a questão da verba de representação para secretários cedidos de outros órgãos. Nós enfrentaremos na tarde de hoje um projeto de reforma administrativa que é uma carta de intenções, que, no art. 3º, dá um cheque em branco para o Governo, que tem muito impacto para o conjunto dos trabalhadores municipais, porque tem a ver com a estruturação de cada secretaria e as próprias gratificações conquistadas ao longo dos anos pela categoria e que tem muito mais impacto na gestão das políticas públicas. A SMAM, que foi a primeira Secretaria Municipal do Meio Ambiente, está prevista no rol de extinções numa Cidade que, infelizmente, tem trocado árvore por gasolina, por bota, por carros, em função dos gestores. Eles fizeram um decreto que depois foi mudado a partir da luta dos trabalhadores e da luta das entidades ambientais. E o argumento é que falta dinheiro. O argumento é que precisa restringir as secretarias para economizar. Ora, não parece contraditório a vocês que o argumento seja economizar tirando uma secretaria que tem concursados, que tem importância ambiental fundamental no Município de Porto Alegre, que tem uma história para o Brasil, e no mesmo pacote vem um projeto que diz que o secretário cedido de outros órgãos

mantenha o salário dos outros órgãos e ganhe mais R\$ 12 mil de verba de representação para cumprir uma função, sendo que seguem com o salário de origem? Não parece contraditório? É um projeto que tramita e está em discussão de Pauta para o parecer da Procuradoria, que cria uma verba de representação para secretários cedidos de outros órgãos. Não parece contraditório a vocês que no discurso de economia não tenha previsão de corte de nenhum cargo em comissão da estrutura direta e indireta do Município? E que mantenham a figura do secretário adjunto, infelizmente, utilizada como forma de acomodar os Partidos políticos da base aliada nos últimos anos. Nós temos a convicção de que muitas secretarias foram criadas com carimbo, e secretárias desnecessárias, lá, nos últimos anos. Secretarias que não cumpriram papel nenhum para a cidade de Porto Alegre. Meia dúzia delas, talvez. Mas acontece que no projeto de reforma administrativa se atacam secretarias fundamentais, e esse ataque não é à toa. Ataque à Secretaria dos Direitos Humanos, das políticas LGBT, das políticas das mulheres, das políticas antirracistas. A extinção da SMAM, que eu já falei, a extinção da SEDA e de outras estruturas que precisam ser mantidas. E mais, fica um Frankenstein, por exemplo, das atribuições do próprio licenciamento ambiental, colocando uma parte no Desenvolvimento e uma parte na tal de Sustentabilidade. O problema é que nós sabemos que os ataques não são à toa. São parte de uma política que nós vimos no Estado, na madrugada, de desmonte do Estado, de desmonte do serviço público, de desmonte do planejamento, de desmonte das políticas de meio ambiente, como foi a extinção lamentável da Fundação Zoobotânica nesta madrugada, pelo Governo Sartori e pela maioria de Deputados, enfraquecendo o serviço público. E enfraquecendo o serviço público, nós enfraquecemos o conjunto das políticas públicas, nós enfraquecemos aquele órgão que é fundamental para não deixar que a especulação imobiliária comande os interesses de Porto Alegre e desmate e acabe com a nossa flora e fauna. Por isso queremos fazer esse debate na tarde de hoje. É o terceiro projeto, mas nós achamos que pela representação dos trabalhadores que estão aqui, dos pedidos do SIMPA, dos pedidos dos trabalhadores municipais, o terceiro projeto da reforma administrativa precisa ser adiado para que haja o debate coletivamente, com o conjunto da categoria, e a gente possa evitar qualquer ataque. Quero lhe agradecer pelo tempo a mais que o senhor me concedeu, Ver. Paulo Brum, e quero cumprimentar a todos por essas galerias lotadas, porque parlamento fechado, como vimos na Assembleia Legislativa, repressão aos servidores públicos estaduais e o silenciamento dos lutadores e dos servidores públicos do Estado é um verdadeiro escândalo. Parlamento sem povo não é parlamento, é lixo! (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. RODRIGO MARONI: Boa tarde, Presidente Paulo Brum, demais Vereadores e Vereadoras, colegas da Câmara, público que está aqui nas galerias,

funcionários municipais. Já comentei em outras ocasiões que sou filho de funcionários públicos, pai e mãe, e quero, Ver.^a Fernanda Melchionna, pois gostei muito de sua fala, assim como a do Ver. Prof. Alex. E quero manifestar aqui, publicamente, que eu sempre serei favorável ao corte de gastos públicos, porque é de conhecimento de todos que, em todas as instâncias de poder, tem corrupção, tem desvios, tem gastos a mais, e comento sempre aqui que infelizmente, muitas vezes, os agentes públicos não tratam as coisas públicas como deveriam. É muito mais fácil um dono de restaurante cuidar de seu restaurante, do que tu veres um governante cuidar da coisa pública como se fosse sua. E eu sou completamente favorável a isso, basta olhar em qualquer Município, em qualquer local, como as coisas não funcionam devidamente. Por exemplo, os recapeamentos – e eu quero aqui que alguém não me levante a mão se não mora ou conhece uma rua que está apodrecida, que não tenha um buraco. E se são muitos os gastos público... Agora, quando o gasto público é para cortar de onde não tem, de Secretarias que funcionam, de Secretarias que são fundamentais para o Município, aí eu não concordo que seja enxugamento. E aqui a Fernandinha falou da SMAM, e eu quero falar de outras Secretarias e também da Secretaria dos animais. Infelizmente, esse projeto, que é o terceiro que vai ser votado aqui em plenário hoje, eu, inclusive, não reconheço esta votação. Obviamente que vou votar contra, mas não reconheço. E digo, Fernanda, e te convido, hoje vai ter uma audiência com relação à SEDA. Nós não só temos que votar contra e não reconhecer esse projeto de extinção das Secretarias, que são Secretarias estruturantes, de debates fundamentais, como o caso do meio ambiente, como o caso dos animais, como, Luciano, o caso da questão dos direitos humanos, como eu acho que nós temos que fazer uma batalha depois. Porque não adianta só hoje, se for aprovado aqui e conseguirem extinguir, a gente terminar nossa luta. Ela tem que continuar depois, e a única arma que nós temos, neste momento, é a pressão. Lamentavelmente os agentes públicos funcionam através de pressão. E aí eu quero dar parabéns para vocês, que estão lotando o plenário aqui da Câmara. (Palmas.) E quero mais do que dizer isso, acho que a gente tem que ter um acordo entre nós e os Vereadores que vão votar, Alex, de continuar lotando o plenário da Câmara quantas vezes mais forem possíveis para que essas Secretarias não sejam extintas. Porque o que se trata aqui não é de economia, Fernanda, o que se trata aqui é de política pública fundamental. (Palmas.) Ou alguém tem dúvida de que tirar do meio ambiente, de que tirar dos animais, vai fazer economia? Nós podemos sentar aqui junto com o Prefeito. Eu me disponho, André, a sentar de forma fraterna, porque não estou aqui para fazer discurso fácil de oposição. Acho, inclusive, que aquela coisa de ser contra sempre, atrapalha e faz, muitas vezes, as coisas não andarem. Entra um governo, por ser oposição tira um projeto bom, isso faz com que a sociedade pague na ponta. Agora, eu quero que o Prefeito – tanto o atual quanto o próximo – sente conosco aqui, e vamos ver, vamos abrir a planilha e sentar juntos para ver onde nós podemos economizar sem tirar daquilo que é fundamental para o Município, sem tirar daquilo que é necessário que funcione, sem tirar daquilo que já tem pouco. Vamos tirar dos grandes, daquilo que é grande, daquilo que tem muito. CCs, eu concordo que há muitos; vamos cortar dos CCs, mas não vamos diminuir a Secretaria. Vamos cortar dos CCs, mas vamos fazer a

Secretaria funcionar mais forte, porque são fundamentais tanto a questão do meio ambiente quanto a questão dos animais. Eu não tenho dúvida nenhuma que, se a gente conversar com a sociedade, ela vai estar de acordo. Até porque, uma das coisas que não foram faladas nesta campanha é que se cortariam Secretarias tão fundamentais quanto à do Meio Ambiente, quanto à dos Animais. Porque eu tenho certeza de que, se tivessem falado isso antes da campanha, já teria sido feita uma campanha anterior contra isso. Já teria iniciado antes. Todos nós fomos pegos de surpresa. Isso não pode acontecer.

Parabéns a todos aqui, e eu já convoco que se mantenham aqui, não só hoje, mas daqui em diante, até que essas Secretarias não sejam extintas. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): O Ver. Eng^o Comassetto está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. ENG^o COMASSETTO: Obrigado, Presidente Paulo Brum, meus colegas Vereadores e Vereadoras, prezados e prezadas visitantes ambientalistas aqui presentes hoje; nós temos, em Pauta, hoje, Presidente, cinco projetos do Executivo que propõem reestruturações administrativas. Vou tratar desse tema aqui hoje. É preciso fazer reestruturações administrativas? É, é preciso. Mas não se pode fazer, da noite para o dia, mudanças que são estruturais, culturais, construídas, estabelecidas e que são uma conquista da sociedade. Todas as propostas que foram trazidas e que votaremos daqui a pouco, que é a chamada reestruturação das Secretarias, tem que estabelecer, antes de qualquer proposta, quais são os mecanismos de diálogo para construir essa reestruturação. Aquilo que é conquista da sociedade, é conquista da sociedade! Eu quero aqui, nesta minha fala, Presidente, fazer uma homenagem histórica, de 40 anos, prezados funcionários públicos municipais do meio ambiente; quero fazer uma homenagem ao colega Villela, que, na época, era prefeito. Não foi eleito, foi indicado, mas foi o prefeito que construiu a primeira secretaria do meio ambiente do Brasil, há 40 anos, prezado Caio Lustosa, prezado Beto Moesch, que foram nossos secretários, e demais ex-secretários que aqui estão. (Palmas.)

Num momento como este, em que os mais fracos perdem; num momento como este, em que vocês, homens e mulheres recicladores, que aqui estão, e por quem lutamos, há muito tempo, Antonio Matos, para que a lei contemple essa política, para que tenha recurso que retorne ao fundo de aplicação, para que tenha licenciamento dos galpões e que esse licenciamento seja licenciamento ambiental –, isso faz parte da nossa discussão da reestruturação. Como fazer uma reestruturação sem diálogo? Como fazer uma reestruturação? E volto a dizer aqui, prezado Villela, prezados funcionários públicos da política ambiental: podem existir muitas discordâncias com o funcionalismo, mas isso não é desculpa para que possa se extinguir uma conquista da cidade de Porto Alegre, como é a Secretaria do Meio Ambiente. Quando há divergência, a Mesa tem que estabelecer o entendimento do diálogo. Quero dizer aqui: precisamos diminuir custos? Precisamos. Ver.^a Sofia, nossa Líder, nós já estamos propondo uma

emenda ao projeto de reestruturação. Prezados Vereadores e Vereadoras, o Prefeito eleito disse que vai diminuir 30% o número de CCs; então, já tem que estar colocar ali que vai diminuir 30% dos CCs e 30% dos custos investidos com CCs. Quero dizer, com muita tranquilidade, que acho que os CCs são fundamentais, mas CCs, sem funcionários, não funcionam; agora, funcionários, se tiverem um bom programa e uma boa gestão, funcionam sem CCs. Eu creio que nós precisamos analisar essa lógica, precisamos discutir, precisamos potencializar, Ver. Reginaldo Pujol. Concluo dizendo que não dá tempo para discutir esses pontos de pauta, que vêm todos no afogadilho. Lá está o Melgarejo, Presidente da Agapan, que é uma das entidades que congregam o conjunto das entidades aqui presentes hoje.

Para concluir, Sr. Presidente, com o conjunto de entidades aqui presentes, façam uma consulta em Porto Alegre, consultem outras entidades, façam um plebiscito. Queremos ou não acabar com a estrutura chamada SMAM e, por sua vez, com a política ambiental e de sustentabilidade que é construída todo dia? Eu já sei a resposta, vocês já sabem a resposta; agora, essa resposta também tem que ser dita para quem está propondo as reestruturações administrativas.

Um grande abraço, boa luta! A luta é permanente, não é só num dia. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): O Ver. Aírto Ferronato está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. AIRTO FERRONATO: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, senhoras e senhores que estão conosco nesta tarde. Neste início de tarde, começa a discussão de alguns projetos, e nós também vamos falar na questão da nossa Secretaria Municipal do Meio Ambiente. Aqui já foi dito muito, mas, essencialmente, é a primeira Secretaria do Meio Ambiente do País, é uma referência nacional. Porto Alegre se espalha pelo País, assim como pelos outros países, como uma referência na participação popular e no meio ambiente, como a capital das árvores. Nós acreditamos que tirar a Secretaria do Meio Ambiente, passá-la para outra Secretaria com outro nome não é a forma mais apropriada para o tema. Sou Vereador desde 1989, e lembro das vindas a esta Câmara do José Lutzenberger com as causas ambientais que ele defendia e que, à época, a grande parcela do povo gaúcho dizia que aquilo era uma utopia. Para reverenciar, honrar a memória do José Lutzenberger; da Palmira Gobbi, pelos animais; Magda Renner; Hilda Zimmermann; Giselda Escosteguy; Flávio Lewgoy e Augusto Carneiro, nós estamos propondo uma emenda para que se denomine Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Sustentabilidade, ou seja, não transformar toda a Secretaria nem em uma de Secretaria de Sustentabilidade, mas, sim, uma Secretaria do Meio Ambiente.

Com isso, estaremos preservando uma grande história de Porto Alegre como um marco para o País e, quem sabe, para o mundo, que é a extrema preocupação que Porto Alegre sempre teve com a causa ambiental. Aquele abraço. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Adeli Sell está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. ADELI SELL: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, cidadãos e cidadãs de Porto Alegre, é uma pena que no final do ano cheguem à nossa apreciação vários projetos de lei que poderiam ter sido enviados anteriormente à Câmara Municipal. Vou ser obrigado a falar de um projeto de lei que ninguém mencionou até esse momento, mas que é de uma importância tremenda para Porto Alegre e para suas finanças. É um projeto de lei muito simples feito pelo Executivo, e aqui sou um dos Vereadores de oposição, vim aqui para apoiar porque vai colocar dinheiro no caixa da Prefeitura, coisa que deveria ter sido feita há muito tempo. É um projeto de lei que enfrenta a situação da sonegação em Porto Alegre, principalmente dos grandes empreendedores e do sistema financeiro, o projeto só muda um pequeno elemento de um artigo, mas é de uma importância incrível para as finanças de Porto Alegre, inclusive para pagar o salário dos funcionários e os serviços, trata-se de acrescentar o art. 58 da Lei Complementar nº 7, que é a nossa lei de tributos do Imposto Sobre Serviços, a falta de apresentação dos elementos a que se refere o art. 6º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, ou sua apresentação de forma inexata ou incompleta sujeita a pessoa jurídica à multa de 15 mil UFMs. Ou seja, aqui, sim, temos um projeto que conta, e conta muito, para a Cidade de Porto Alegre. É uma pena que chega no penúltimo dia, no meio de importantes projetos como a reforma administrativa, a que alguns colegas já se referiram aqui anteriormente. Só quero marcar isso porque eu creio que nenhum outro Vereador falará, e vai estar no meio de um grande debate um projeto que aparentemente passou despercebido. Eu tenho acompanhado as finanças da Prefeitura de Porto Alegre, diga-se de passagem, não são boas, nada boas, por isso que estamos nessa discussão sobre questão do possível atraso de salários e do próprio 13º. Agora, sim, vamos falar da reestruturação que outros já falaram, didaticamente. O projeto de lei apresentado vai mexer na superestrutura das secretarias, algumas secretarias serão fundidas, outras mantidas e haverá rearranjo. Nossa bancada fará poucas, mas pontuais emendas para resolver aquilo que achamos que é importante, uma delas, inclusive, o Ferronato, pela bancada do seu partido, já se referiu, é a questão da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, a questão do licenciamento, que é uma preocupação que temos. Eu disse a várias pessoas que militam na área ambiental: os senhores e as senhoras têm que estar atentos para os próximos 120 dias, é o prazo que está sendo solicitado e será dado por nós para a reestruturação, reorganização das secretarias. Ali nós saberemos se alguns servidores de uma secretaria A vão migrar e passar para a secretaria B; se de uma passa para outra e

serão mantidas as suas funções. Têm questões, inclusive, técnicas e legais, por exemplo, quando fala de licenciamento, a lei original tem um problema, pois fala em Secretaria do Meio Ambiente e coloca a sigla SMAM, mas o nome poderia ser outro. Então, ali já tem um problema original de redação.

Eu estou falando calma e didaticamente para mostrar aos servidores que não será uma mudança essencial nesse projeto, agora, poderá haver muitas mudanças nos próximos 120 dias. É para isso que eu lhes chamo a atenção! Portanto, queria dizer de público aqui para a associação dos servidores, para o Simpa, Agapan, etc. e, para concluir, há que se discutir com o Sr. Prefeito Municipal e com o Vice-Prefeito, que acaba de chegar ao plenário; com os futuros secretários, futuros gestores sobre cada uma dessas estruturas da Prefeitura. E como os fundos são importantes, eles se manterão; no projeto de hoje não há mexida em fundos. Eles devem ser mantidos e vocês deverão acompanhar esse processo nos próximos 120 dias. Aí, sim, nós teremos, quem sabe, uma estrutura boa, que funcione, que sirva para os funcionários e para toda a cidade de Porto Alegre. Nós sempre temos que olhar para o todo. Nós estamos aqui para dizer, como eu disse a vários servidores ao entrar no plenário, parabéns pelos 40 anos da SMAM. Parabéns pelo trabalho desenvolvido e parabéns ao meu colega, Ver. Guilherme Socias Villela, que, há 40 anos, sancionou e implementou a estrutura da Secretaria Municipal do Meio Ambiente. Parabéns, Villela, vamos continuar na peleia para o bem da cidade de Porto Alegre. Obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Cassio Trogildo reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. Guilherme Socias Villela está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. GUILHERME SOCIAS VILLELA: Sr. Presidente, Cassio Trogildo; Secretário Paulo Abreu, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; eu me senti surpreendido por esse projeto do Governo. Não vou invocar razões sentimentais de ser o criador de uma secretaria do meio ambiente, mas vou dizer que secretaria de meio ambiente não é só o presente, é o futuro.

Eu vou contar uma pequena história. Eu tinha poucos meses, ou dias, na Prefeitura de Porto Alegre, quando me procurou o Prof. José Lutzenberger, Magda Renner e outras duas pessoas que eu não lembro o nome, com um livro clássico sobre o meio ambiente. Menos de um ano depois, convoquei o saudoso Roberto Eduardo Xavier, para ser o primeiro Secretário do Meio Ambiente da primeira Secretaria do Meio Ambiente do País. Nem o Governo Federal tinha essa secretaria! Agora eu quero dizer qual foi a consequência imediata dos dois períodos em que estive na Secretaria do Meio Ambiente. Primeiro, foi criado o Parque Marinha do Brasil, o Parque da Harmonia, que hoje tem o nome de Maurício Sirotsky Sobrinho. O Parque Marinha tem 74 hectares, o dobro da dimensão do Parque Farroupilha, ou da Redenção, e poucos

sabem disso. Foi criado o Parque 20 de Maio, foi feita a ampliação do Parcão, praticamente a urbanização do Parcão; o Parque Mascarenhas de Moraes, a reserva biológica do Lami, que, acredito, seja a primeira do País também.

A Secretaria do Meio Ambiente tem que ter o poder de licenciar, de planejar, de voltar àquelas consequências naturais para a qual foi criada. Eu manifesto o meu dissabor pela iniciativa, não vou criticar, mas quero manifestar o meu voto contrário a qualquer iniciativa dessa natureza. Eu reitero que secretaria do meio ambiente não é o presente, não é o passado; secretaria do meio ambiente é o futuro. Vivemos num mundo com sete bilhões de habitantes, cada um deve fazer um pouco, mas não diluir funções com outras Secretarias. Senhores, é pouco o que eu digo, mas é muito, é o futuro que está em jogo. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. JOÃO BOSCO VAZ: Sr. Presidente; Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, eu confesso que todas essas modificações e agrupamentos de órgãos públicos, que nos enviaram na última hora, é um projeto muito confuso, um projeto que não dá segurança. Nós tivemos aqui como colegas Vereadores, dois ex-Secretários da SMAM, o Ver. Beto Moesch e o Ver. Caio Lustosa. Eu sempre disse que o Ver. Beto Moesch era o cidadão que mais entendia de meio ambiente nesta Casa para nos orientar, e a Lei é clara: só o órgão ambiental pode dar o licenciamento ambiental! Isso é óbvio.

Vamos avançar para a Secretaria de Esportes, onde eu trabalhei, fui Secretário por quatro, cinco anos. A Secretaria de Esportes, que é espalhada pela Cidade toda, tem um orçamento anual de R\$ 1 milhão para fazer tudo que tem que fazer nos parques, nas praças, nas piscinas. Qual é a economia que vai ser feita fechando a Secretaria de Esportes se os professores são concursados, precisam ficar? Os funcionários são concursados, precisam ficar? Tem quinze CCs, que não dão conta para atender sete piscinas públicas, trinta campos de futebol, ginásios de esportes... Fui Secretário por dez anos, juntando esporte e Copa do Mundo, e deixei de ganhar R\$ 240 mil em vantagens aqui na Câmara para ir servir a Cidade como Secretário, e, agora, apresentam aqui gratificação para quem vai ser Secretário, passando para 100%. Quer dizer que nós, Vereadores, saímos daqui para servir a Cidade, para ser Secretário, perdemos todas as vantagens, vamos somente com o salário, ficamos lá, e aí vem essa proposta de gratificação. Eu acho que nós precisamos discutir melhor isso, Ver. Kevin Krieger, Ver. Cassio, ampliar essa discussão, porque a confusão é a seguinte: fecha ou não? Porque dizem que não vai fechar, mas daqui a 120 dias vão mandar os projetos para fechar. Em qual momento vamos discutir isso? Nós vamos discutir isso hoje ou daqui a 120 dias? Nós precisamos ter essa garantia. Então, faço a minha defesa aqui, de se aprofundar melhor nisso, porque eu tenho dúvidas, e quando vem o nosso decano

aqui, Ver. Villela, e se posiciona da maneira que se posicionou, tem todo o meu respeito. Muito obrigado. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Em votação as Atas disponíveis nas Pastas Públicas do correio eletrônico: Atas da 69ª à 94ª Sessões Ordinárias e da 8ª à 12ª Sessões Extraordinárias. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que as aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADAS.**

O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. PROF. ALEX FRAGA: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, público que nos assiste pela TVCâmara, público presente nas galerias, falo em Liderança e em nome da Ver.^a Fernanda Melchionna sobre um dos projetos que vai entrar em discussão e votação dentro em breve nesta Casa Legislativa, o projeto que reestrutura a administração pública no Município de Porto Alegre, indicado pelo futuro Prefeito Nelson Marchezan Júnior, enviado a esta Casa pelo atual Prefeito, José Fortunati, visa à extinção de várias Secretarias e criação de outras mais. Já falei anteriormente na Sessão Ordinária de segunda-feira sobre um dos pontos que acho terrível. Temos várias críticas que serão pontuadas nos momentos adequados. Neste momento vou falar especificamente sobre o que mais me preocupa neste Projeto, porque eu, como profissional ligado à área de ciências da natureza – sou professor de biologia, licenciado em Ciências Biológicas pela UFRGS – vejo com extrema preocupação a proposta que veio até esta Casa de extinção da Secretaria Municipal do Meio Ambiente. Faço aqui um agradecimento pelas falas que me antecederam, em especial a do Ver. Guilherme Socias Villela, que, quando Prefeito, se não me falha a memória, foi o proponente da criação da primeira Secretaria do Meio Ambiente do Brasil, exatamente no Município de Porto Alegre. A nossa SMAM é uma referência no Brasil, por isso, não pode ser extinta. Não pode ser extinta e, vou além, as suas atribuições devem ser mantidas na íntegra. (Palmas.) Principalmente a questão do licenciamento ambiental. A tarefa de fazer o licenciamento ambiental é determinada pela resolução do Conama, de 1997 – não é de hoje e nem de ontem, faz bastante tempo –, que determina que as atribuições do órgão que vai fazer o licenciamento ambiental devem ser exclusivamente de um órgão ambiental. A proposta que veio até a esta Casa transfere a responsabilidade para uma secretaria dita de desenvolvimento econômico! Isso é inaceitável! (Palmas.) Nós não podemos permitir que, no Município de Porto Alegre, a preservação dos nossos recursos naturais e do ambiente da nossa Cidade seja desempenhada com uma secretaria que tem, única e exclusivamente, um viés econômico. Não podemos! É para isso que as secretarias ambientais existem, justamente para preservar os nossos recursos, mantendo o ambiente natural, as espécies nativas, e dando a nós um ambiente seguro e saudável para vivermos. Portanto, é inaceitável essa proposta. Estamos conversando com diversos Vereadores: a Ver.^a

Jussara Cony; o Ver. Airto Ferronato, que também tem essa preocupação; o Ver. Villela, que já exteriorizou a sua preocupação; o Ver. João Bosco Vaz, que também fez uma fala referente a esse projeto.

Portanto, senhoras e senhores, isso é inaceitável. Espero que tenhamos o apoio de todos os Vereadores desta Casa em relação a essa causa, que é sensível a todos os munícipes. Isso pode trazer um reflexo extremamente negativo para todas as gerações futuras. O ambiente que não é preservado, que não é salutar pode ter um reflexo negativo em nossa vida. Estamos vendo por aí mudanças ambientais e climáticas drásticas referentes e produzidas principalmente com relação ao péssimo hábito de não respeitar a natureza, não respeitar os ciclos biogeoquímicos naturais. A impermeabilização do solo, a destruição de nossas áreas verdes, a introdução de espécies exóticas invasoras contribuem para que nós tenhamos um mundo em mudança, e não mudança para melhor. As mudanças que nós estamos sentindo na pele são terríveis, uma irregularidade cada vez maior na distribuição de chuvas, chuvas essas que não são absorvidas pelo solo e não abastecem o lençol freático, escorrem superficialmente criando alagamentos, esses problemas vão se agravar, se não tivermos responsabilidade com relação à questão ambiental. Por isso eu peço a todos os Vereadores atenção especial nas votações que virão. Um grande abraço. (Palmas.)

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Jussara Cony está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. JUSSARA CONY: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, primeiro, quero cumprimentar a todos os trabalhadores que se encontram aqui. Aliás, é um encontro extremamente estratégico, nós temos aqui os técnicos, os trabalhadores da nossa Secretaria de Meio Ambiente acompanhando esta discussão, e temos aqui os catadores que também têm um projeto para nós aprovarmos hoje, fruto da luta dos catadores. (Palmas.) E esses catadores, esses trabalhadores precisam do trabalho exemplar que faz a Secretaria do Meio Ambiente através dos seus trabalhadores, para garantirmos sustentabilidade, desenvolvimento, para garantirmos vida e para garantirmos que o cidadão de Porto Alegre não seja atropelado também aqui por um projeto neoliberal que está desmontando a União, o Estado e o Município de Porto Alegre. Depois farei a discussão, item por item, até porque estamos votando uma emenda que é fruto da luta dos trabalhadores, da luta de vocês – e já digo por quê.

Mas eu quero cumprimentar o Beto Moesch e o Caio Lustosa com quem aprendi sobre meio ambiente. Nós fomos Vereadores há 34 anos aqui nesta Casa, construímos a Comissão de Saúde e Meio Ambiente. Caio foi um dos Secretários do Meio Ambiente e o Beto Moesch também, tive essa convivência com ele na Assembleia Legislativa quando ele assessorava a comissão de meio ambiente de lá. E eles trazem aqui um documento importantíssimo, do qual vou pegar apenas um espaço. Cito quando eles dizem que chama a atenção o que talvez seja até ilegal – e eu creio que o seja – que

o Secretário de Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do Sul, do Governo Tarso, o fato de que o licenciamento ambiental passe para a Secretaria de Desenvolvimento Econômico que, obviamente, não está sendo constituída para priorizar o meio ambiente. Depois eu aprofundo um pouco isso. Segundo a legislação federal, cabe exclusivamente ao órgão ambiental licenciar atividades potencialmente poluidoras visando ao equilíbrio entre o crescimento econômico e a proteção do nosso meio ambiente. Por que, então – pergunto aos dois ex-Secretários – dividir a SMAM e retirarmos juntamente a elaboração do licenciamento ambiental? Aqui está a questão de fundo, licenciamento ambiental para quem? Para garantir o ambiente sustentável ou para garantir os interesses do capitalismo? Os interesses das grandes empresas, os interesses dos poluidores. Ao ser assumida pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico, com certeza, essa função preventiva, participativa e verdadeiramente sustentável ficará comprometida. O documento assinado pelos dois ex-Secretários, mais a intervenção do Prefeito Villela – hoje nosso Vereador –, nos dão a dimensão de que temos que ter muito cuidado nessa votação. Muito cuidado.

O que é que faz o Prefeito eleito? Primeiro, ele busca resolver os interesses dos partidos de coalizão do seu Governo, que é o projeto do Estado mínimo, a nós não engana. Quer um cheque em branco desta Casa, quando também pediu suplemento de crédito. Não deixa nada claro do que está por vir, do que vai acontecer, e já faz competências das secretarias. E, depois, envia o projeto que, na minha opinião, será a essência do neoliberalismo, fechando, sim, esse criminoso ciclo de desmonte do Estado nacional, com Temer, com 24.155, com as últimas 72 horas, no Estado do Rio Grande do Sul, com Governo Sartori desmontando setores estratégicos para o nosso desenvolvimento e para a cidadania! É disso que se trata também aqui. O Prefeito eleito, na realidade, quer que esta Casa Legislativa, ao final da Legislatura, outorgue a ele autoridade para enviar projetos que abatem para depois os espaços públicos, o espaço de Estado para políticas públicas aos interesses do seu projeto. Algo absolutamente sem discussão com os servidores municipais, que dão a sustentação para que se garantam as políticas públicas. (Palmas.) Nós temos que ter muito cuidado, temos que discutir e aprofundar. Estou colocando uma emenda para garantir licenciamento ambiental onde tem que ser, a partir inclusive de uma emenda do Ver. Ferronato que eu acho também importante: a denominação. Não tem que extinguir Secretaria do Meio Ambiente, pode ser meio ambiente e sustentabilidade, e a ela cabe o licenciamento ambiental e não o desenvolvimento econômico. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): A Ver.^a Sofia Cavedon está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, Vereadores e Vereadoras, na Liderança do PT, quero começar lamentando e repudiando o profundo corte e a agressão à inteligência, ao conhecimento, à cultura e ao meio ambiente que, ontem à

noite, a Assembleia Legislativa promoveu em conluio com o Governo do Estado do Rio Grande do Sul. O nosso repúdio ao fim da Fundação Piratini, da Fundação Zoobotânica, da Fundação Economia Estatística, da Metroplan, da Fundação de Recursos Humanos, da Cientec, da Fepagro. É muito duro assistir ao que nós assistimos: de um lado a violência, a repressão policial, para não ter que ouvir, dialogar, para governar; de outro lado, a visão do Estado mínimo, a visão preconceituosa com o trabalhador público, com a política pública, mas principalmente o interesse econômico que preside esta gestão do Governo do Estado e a Gestão Federal. Interesse de entrega, de fatias das políticas públicas à iniciativa privada, à especulação e à venda de patrimônio, porque é o que está por trás da extinção dessas fundações fundamentais para a solução dos problemas do Estado do Rio Grande do Sul. Em segundo lugar, a nossa Bancada, dos Vereadores Adeli, Sgarbossa e Comassetto, é uma bancada que se coloca contrária a que, aqui em Porto Alegre, se reproduza essa lógica predominante no Brasil e no Estado do Rio Grande do Sul. E exemplo disso é terminar com a Secretaria dedicada à nossa qualidade de vida, à sobrevivência da espécie humana e do planeta Terra, que é a Secretaria Municipal do Meio Ambiente.

Nós entendemos que sustentabilidade é um conceito que serve para colocar espigão na beira do rio Guaíba, que serve para colocar *shopping* ao lado da Usina. “Ah, é um projeto sustentável, economicamente”. Esse termo não responde à nossa concepção de meio protegido, de harmonia e desenvolvimento com a proteção, com o equilíbrio ambiental, com a qualidade de vida, com a boa convivência entre o desenvolvimento, entre o progresso, entre o cidadão, o seu direito de morar, de produzir com a cidade, a sua ambiência, o seu verde... A nossa Cidade era a capital com o maior número de árvores, quiçá, do mundo. E a nossa rua Gonçalo de Carvalho, a chamada rua mais bonita do mundo, é símbolo da cidade de Porto Alegre. Nós temos símbolos, e um deles é como a primeira capital a fazer a coleta seletiva. E vocês, eu sei, Antonio Matos, nosso companheiro suplente de Vereador, Marli e todos vocês, eu sei que estão apoiando o meio ambiente. O que vocês fazem é sustentabilidade, isso sim. Porque é sustentabilidade humana com sustentabilidade ambiental, isso está combinado. Isso não está separado. Portanto, nossas posições e nosso combate serão contra a extinção da Secretaria do Meio Ambiente e contra a barbárie que já se procede através da tal da Cauge, do licenciamento, passando por cima da defesa do meio ambiente, da qualidade técnica e do acúmulo de patrimônio técnico da nossa Secretaria e dos nossos servidores, o que infelizmente já acontece, mas que com este procedimento, com esta mudança, se prosperar nesta Casa – e tenho certeza de que não vai – bom, aí se torna institucional que quem licencia não precisa preservar meio ambiente. E isso nós não deixaremos passar.

Ainda quero falar, em nome da nossa bancada, no último minuto, que também não aceitamos o fim da Secretaria Municipal de Esportes. Esta Secretaria diz da qualidade de vida tanto quanto a de Meio Ambiente, diz de saúde. Se esta Cidade está doente é porque a Secretaria Municipal de Esportes está desidratada, está sem recursos, está sem concurso, está sem condições de trabalho; retirou-se da maioria dos espaços. E nós viemos denunciando isso ano a ano nesta Casa, fazendo emendas e tentando

recompor. Já falei, na segunda-feira, dos clubes da população carente, mais pobre, que são os centros comunitários. É uma vergonha chegar no fim do ano e eles não terem iluminação, não terem piscina funcionando, não terem quadra de esporte adequada, não terem professor valorizado lá naquele lugar para a nossa população que não tem acesso ao esporte, que joga bola na rua, que joga bola nas vilas, no meio dos carros, no meio das carroças, porque não tem acesso à prática esportiva. Esta Secretaria é vital para a cidade de Porto Alegre, e ela tem que sair fortalecida nesta reestruturação de recursos humanos. E nós estamos emendando, já destacamos para ela ser retirada do texto, tanto a sua extinção quanto a extinção do seu Secretário. Vamos juntos! É diálogo! Porto Alegre não vai aceitar o estado mínimo! (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Consulto os Vereadores se podemos encerrar a presente Sessão e convocarmos a 25ª Sessão Extraordinária, conforme o combinado na reunião de Líderes, ontem.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Sr. Presidente, estamos fazendo Extraordinária para correr Pauta?

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Não, a Extraordinária é para entrarmos na Ordem do Dia, porque hoje não é dia de Ordem do Dia. Combinamos ontem isso com os Líderes, para podermos fazer a Ordem do Dia.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Eu queria apenas que ficasse claro para a população que nos acompanha por qual motivo ela é extraordinária.

O SR. PRESIDENTE (Cassio Trogildo): Porque quarta não é dia de Ordem do Dia.

Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão e convocamos os Srs. Vereadores para a 25ª Sessão Extraordinária, que será realizada imediatamente.

(Encerra-se a Sessão às 15h29min.)

* * * * *